



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

NºS 030, 031 e 032

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 26 DE MARÇO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ELIO RUSCH
1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO
2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI
1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI
2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME
3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES
4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA
5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Durval Amaral
Líder da Oposição	Waldyr Pugliesi
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Sérgio Spada
PMDB	Nereu Moura
PPB	Tony Garcia
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Luiz Carlos Zuk
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Pastor Edson Praczyk
PPS	Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielese - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 007ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE MARÇO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Tony Garcia, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Antonio Anibelli.

Às dezesseis horas e cinquenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghel- lere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beral- din, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quin- tana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Tony Garcia)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos traba- lhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 604

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 150/2002 oriundo da Mensa- gem Governamental nº 09/2002, constantes da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 605

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, preferência para discussão e votação da Proposição nº 031/2002, constante da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

Apoiamento:

Serafina Carrilho.

REQUERIMENTO Nº 609

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votação em bloco dos itens de 1 a 6, e item 08 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordi- nária.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 610

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, destaque para a votação da proposição de veto 026/2002 item 07, constante da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) NELSON TURECK

O SR. PRESIDENTE (Tony Garcia)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Requerimento nº 604, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solici- tando preferência para discussão e votação do Projeto de Lei nº 150/2002, oriundo da Mensagem Governamental

de 09/2002 constante na presente Sessão Extraordinária.
Aprovado.

Requerimento nº 605, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk e da deputada Serafina Carrilho, constante do expediente, solicitando preferência para a discussão e votação da proposição nº 031/2002 constante da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Está em votação o requerimento.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero retirar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Tony Garcia**)

Atendendo solicitação do deputado, está **retirado o requerimento**.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos designar o deputado Durval Amaral para relatar o Projeto de Lei 150/2002, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 09/2002, que objetiva alterar as tabelas de vencimentos dos docentes e técnicos administrativos das instituições estaduais de ensino superior, sem pareceres.

Vai ser relatado pelo deputado Durval Amaral.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/2002, que objetiva alterar as tabelas de vencimentos dos docentes e técnicos - Administrativos das Instituições Estaduais de Ensino Superior. SEM PARECERES. (**Publ. no DA nº 029/2002, de 26.03.2002 - Mens.**).

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Trata-se do Projeto de Lei 150/2002, oriundo de mensagem do Poder Executivo que chegou a esta Assembléia Legislativa na tarde de hoje.

Senhor presidente, isto é o resultado de um amplo entendimento feito pelo governo do Estado, pelo comando de greve de todas as instituições de ensino superior que resultou na paralisação de 169 dias de todas as atividades em nossas universidades. Após uma ampla discussão, patrocinada inclusive por deputados desta Assembléia Legislativa, chegou-se a um entendimento final de que o governo do Estado partiria que, das despesas efetivamente realizadas com pessoal no exercício de 2001, na ordem de 287 milhões e acrescentaria a este valor a importância de 35 milhões de reais para o pagamento de despesas de pessoal, para o exercício de 2002.

Após a assinatura dos termos propostos pelo comando de greve, pelo governo do Estado, e que eu tive inclusive a honra de ser signatário, ficou estabelecido que tão logo o comando de greve anunciasse o final da paralisação, o governo restabeleceria os salários dos servidores e encaminharia mensagem à Assembléia Legislativa. Isto ocorreu no dia 28 de fevereiro.

Entretanto, após a fixação dos 35 milhões foram necessários diversos entendimentos entre o comando de greve, lideranças do comando de greve com técnicos da Secretaria de Ciência e Tecnologia e com técnicos da Secretaria da Fazenda, ainda envolvendo os departamentos administrativos das nossas universidades que providenciaram que várias folhas de pagamento fossem rodadas, até se chegar a este limite pré-estabelecido de 35 milhões.

O que estamos fazendo aqui nesta tarde nada mais é do que consolidar um acordo e um amplo entendimento feito pelo comando de greve e a Secretaria da Ciência e Tecnologia e o governo do Estado, e a urgência e a transformação do Plenário em Comissão Geral nada mais é do que oportunizar a todos os servidores públicos das nossas universidades estaduais a oportunidade de terem esse benefício incidindo na folha de pagamento, a partir do mês de março, ou seja, a folha de pagamento que será rodada a partir de amanhã poderá trazer este benefício para todos os servidores das universidades estaduais de Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel, enfim, para todas as nossas universidades, razão pela qual, por se tratar de uma mensagem que cumpre todos os dispositivos constitucionais, de autoria do Poder Executivo, cumprindo todas as formalidades legais, sou de parecer favorável. Nada obsta, senhor presidente, à sua normal tramitação neste Plenário transformado agora em Comissão Geral.

Portanto, é o parecer favorável à apreciação desta matéria nesta tarde, nesta Sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação o parecer do relator Durval Amaral.

Os deputados que aprovam o parecer, permaneçam como estão.

Aprovado.

Está em discussão o projeto.

Encerrada a discussão e a votação.

Os deputados que aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, quero fazer um apelo a V. Exa.

Vi aqui no artigo 2º, da mensagem 50, o governo do Estado assegura o vale-transporte e o auxílio-alimentação aos servidores das universidades estaduais. Conversando com V. Exa. há alguns dias atrás, quando foi votado aqui o abono aos funcionários da Assembléia, muitos deles perguntavam, com relação ao projeto de resolução de linha autoria, que institua o vale-alimentação aos funcionários da Assembléia Legislativa.

Naquela ocasião respondi, no Plenário, que V. Exa. me passava a informação de que dentro de 30 dias esse projeto seria colocado na Ordem do Dia.

Eu pediria a V. Exa. visto que o governo do Estado deu alguns avanços - a própria Assembléia tem dado alguns avanços - se não seria possível a vinda dessa mensagem ainda agora para o mês de março, colocando em votação o projeto de resolução que concede auxílio-alimentação aos funcionários da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Infelizmente, no mês de março não será possível, porque a última Sessão deste mês vai acontecer dentro de poucos minutos. No mês de abril com certeza atenderemos ao seu apelo.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, é apenas para colocar a nossa posição em relação ao projeto, ao Item 10 da pauta, que concede uma reposição salarial aos funcionários das universidades. Fizemos um acordo, atropelando o próprio Regimento Interno, porque no projeto consta uma proposta assinada pelo governo e pelos funcionários das universidades. Acharmos que, como se trata de um acordo, não seríamos nós que iríamos, aqui, atropelar essa decisão soberana das pessoas envolvidas.

Quero dizer, senhor presidente, que essa reposição salarial foi fruto de quatro meses de greve dos funcionários públicos, das universidades do Estado do Paraná.

É uma conquista dos professores e dos funcionários, que lutaram bravamente durante quatro meses, sofrendo retaliações e pressões, mas resistiram. Isso que está hoje é a conquista da luta, do empenho dos funcionários públicos.

Por isso, quem tem que comemorar são os funcionários. Não era aquilo que eles queriam, mas já foi uma conquista, pela luta que travaram durante quatro meses. Fica os nossos parabéns, o apoio e o voto maciço da bancada do PMDB, como de toda a Assembléia Legislativa.

O SR. NELSON TURECK (Pela Ordem)

Senhor presidente, quero registrar a presença aqui, no Plenário do prefeito Cláudio Gotardo e do vice-prefeito João Petrovski, da cidade de Boa Esperança.

Quero registrar a presença do prefeito da cidade de Nova Cantu, Airton Agnolin, com seus representantes vereadores. E também do presidente da Vila Rural, do Distrito de Santo Rei, na cidade de Nova Cantu. O chefe do Núcleo da Educação do município de Goioerê, três vezes vereador e presidente da Acandoze, e hoje, chefe do núcleo, vereador José Lopez.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o Requerimento nº 610 de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente, solicitando destaque para a votação da Proposição de Veto nº

026/2002, item 07, da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 026/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 191/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que autoriza o Poder Executivo a criar e a implantar o curso de licenciatura de informática na extensão de Goioerê da Universidade Estadual de Maringá- UEM. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO CTL/SEEG Nº 038/2002

Curitiba, 11 de janeiro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 407/2001, dessa presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 191/2001, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no artigo 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa., os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 191/2001, encontra-se publicado no DA nº 059/2001, de 15.05.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 026/2002

P A R E C E R :

A proposição em análise, encaminha veto aposto pelo Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 191/2001, que dispõe sobre autorização de criação e implantação do curso de licenciatura de informática na extensão de Goioerê da Universidade Estadual de Maringá- UEM, de autoria do nobre deputado Nelson Tureck.

A negativa de sanção está fundamentada no entendimento de que é competência privativa do governador a iniciativa legislativa da proposta em tela, na forma preceituada no artigo 66, inciso IV, da Constituição do Estado.

No que concerne à análise do veto, o mesmo fora apostado dentro dos prazos e requisitos impostos pelo parágrafo 1º do artigo 71, da Carta Magna Estadual, estando a proposição governamental em perfeitas condições de merecer a deliberação do Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer pela apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 12.03.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Solicito ao deputado Edno Guimarães, que faça a chamada dos parlamentares, para a votação.

O SR. EDNO GUIMARÃES

(Início da chamada dos deputados).

Votaram quarenta deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito aos senhores deputados Nereu Moura, Cesar Seleme, para que procedam à verificação dos votos, junto com o deputado Divanir Braz Palma.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Resultado - Pela manutenção do veto, 25 votos, pela derrubada do veto, 15 votos, um branco.

Mantido o veto.

Requerimento nº 609, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a votação em bloco dos itens 1 a 6, e o item 8 da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária.

Senhores deputados que aprovam...

O SR. NEREU MOURA

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação.

Os deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Dezesseis deputados.

Que rejeitam o requerimento.

Um parlamentar.

Prejudicado o requerimento.

Não há quórum para votação.

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 231/2001, 470/99, 024 e 025/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 216 e 293/00, 020, 157, 351, 621 e 678/2001.

Levanta-se a Sessão.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA ATA DA 008ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE MARÇO DE 2002

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Edno Guimarães e Neivo Beraldin.

Às dezessete horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghel- lere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beral- din, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quin- tana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos traba- lhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 611

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 216/2000, constante na presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 612

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de redação final aos Projetos de Lei nºs 024 e 025/2002, itens 03 e 04 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 26.03.2002.

(a) NEIVO BERALDIN

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, anexo Projeto de Lei nº 117/2000, de autoria do deputado Nelson Garcia e Projeto de Lei nº 086/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada, que proíbe em todo o território paranaense a exploração de todas e quaisquer máquinas eletrônicas ou equipamentos de apostas eletrônicas e eletromecânicas, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETOS DE LEIS NºS 117/2000, 197/2000,
86/2001 E 231/2001

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 117/2000, é de autoria do deputado Nelson Garcia, e veda a instalação, colocação, permanência ou o uso de equipamentos de jogos eletrônicos, de sorte, azar ou similares, em bares, restaurantes, lanchonetes e qualquer estabelecimento comercial ou público no território do Estado do Paraná.

O Projeto de Lei nº 197/2000, de iniciativa do deputado Ricardo Maia, proíbe instalação e funciona-

mento de caça-níqueis em todo o território do Estado do Paraná.

O Projeto de Lei nº 86/2001, de autoria do deputado Sérgio Spada, proíbe a exposição, exploração de máquinas caça-níqueis em estabelecimentos comerciais no Estado do Paraná.

O Projeto de Lei nº 231/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, proíbe a exploração de todas e quaisquer máquinas eletrônicas ou equipamentos de apostas eletrônicas e eletromecânicas jogos eletrônicos de diversão em todo o território paranaense.

Fundamentação

Todos os projetos já foram analisados anteriormente por esta Comissão.

O deputado Nelson Justus requereu, em 01/09/2000, a anexação dos Projetos de Lei nº 117/2000 e 197/2000 por tratarem de matéria similar, de acordo com o artigo 121 do Regimento Interno. O deputado Antônio Carlos Belinati, requereu em 04/10/2001, que os Projetos de Lei nºs 321/2001 e 86/2001 fossem anexados ao Projeto de Lei nº 197/2000 por tratarem de matéria correlata.

O deputado Ricardo Maia, apresentou Emenda Aditiva ao seu próprio projeto, alterando a redação do artigo 2º. Contudo, o autor se equivocou ao fazer essa alteração. A toda proibição comina uma pena à sua transgressão, senão a proibição fica sem sentido, já que a sua transgressão não implicará em sanção. Ou seja, no conceito kelseniano, a toda conduta corresponde uma sanção. Se o projeto proíbe a instalação e funcionamento de caça-níqueis (conduta), tem que haver uma sanção para quem descumprir tal comando. Essa sanção se encontra no artigo 2º do projeto original.

O autor no ensejo de modificar este artigo, excluiu dele a sanção, porque a trocou por reincidência. Em uma conclusão lógica, se este projeto com a emenda em questão fosse aprovado, levaria a uma lei de proibição sem sanção. Em outras palavras, quem a infringisse não sofreria sanção alguma. Contudo, se a descumprisse pela segunda vez, aí sim, seria penalizado, o que beneficiaria o infrator da lei, ao invés de puni-lo. Contudo, a figura da reincidência é necessária ao corpo do projeto, por isso ela deve ser incluída no projeto, como outro artigo e não substituindo o artigo 2º.

Outrossim, em 23 de agosto de 2001, foi expedido pelo governador do Estado o Decreto nº 4599, que proíbe a exploração de jogo, conhecido como caça-níqueis.

De igual modo, salientamos que os Projetos de Lei nºs 117/2000 e 231/2000 são mais genéricos que os Projetos de Lei nºs 197/2000 e 86/2001. Os projetos proíbem a instalação, colocação, permanência ou uso de equipamentos de jogos eletrônicos, de sorte, azar ou similares, os chamados jogos eletrônicos de diversão. Já os dois últimos proíbem tão somente a instalação e funcionamento de caça-níqueis no Estado do Paraná.

Devido a anexação dos projetos urge que se compatibilize-os em um só texto legal. Assim, apresentamos

Emenda Substitutiva Geral, englobando o que todos os projetos têm de melhor.

Conclusão

Assim, pelo acima exposto, somos pela aprovação das Emendas apresentadas, desde que seja na forma da Emenda Substitutiva Geral em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de março de 2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Serafina Carrilho, José Maria Ferreira, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati e 1 ilegível.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AOS PROJETOS DE LEIS NºS 117/2000, 197/2000, 086/2001 E 231/2001

SÚMULA:

Proíbe a instalação, colocação, permanência ou o uso de equipamentos de jogos eletrônicos, de sorte, azar ou equipamentos de apostas eletrônicas e eletromecânicas em qualquer estabelecimento comercial ou público no Estado do Paraná.

Art. 1º - Ficam proibidas a instalação, colocação, permanência, instalação, funcionamento, exposição, exploração ou uso de equipamentos de jogos eletrônicos, de sorte, azar ou equipamentos de apostas eletrônicas e eletromecânicas em qualquer estabelecimento comercial ou público no território do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A proibição a que se refere este artigo inclui as máquinas que operam por sistema on-line e off-line, com fichas, moedas, cédulas, cartões magnéticos e sistemas de créditos ou qualquer outras forma de identificação e quantificação de apostas, como também, as máquinas seladas e lacradas pelo Instituto de Criminalística do Paraná, cuja permissão ficará automaticamente cancelada a partir da entrada em vigor desta lei.

Art. 2º - Os comerciantes que possuem esse tipo de equipamento em seus estabelecimentos, terão o prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta lei para retirá-los dos locais públicos ou com acesso ao público.

Art. 3º - O cumprimento desta norma deverá ser fiscalizado pelas Polícias Civil e Militar, com ciência ao Ministério Público.

Art. 5º - A transgressão da presente lei será objeto de multa no valor de 03 (três) a dez (10) salários mínimos para o infrator, com pena de cassação de alvará de funcionamento da firma ou instituição comercial e a apreensão

do equipamento onde estiverem instalados esses equipamentos.

§ 1º - O produto dessas multas será revertido para instituições sociais mantidas pela Secretaria de Estado da Criança e Assuntos de Família.

§ 2º - O descumprimento da lei implica ainda nas sanções previstas no artigo 50 do Decreto Lei 3688 de 03/10/41, na Lei das Contravenções Penais, na Lei nº 9.615/98, Decreto Federal 3214 e no Decreto Estadual 4599.

§3º - Aplica-se subsidiariamente o Estatuto da Criança e do Adolescente no caso de crime em flagrante de comerciante que permite menores de idade jogando em seu estabelecimento.

§4º - No caso de reincidência será aplicado em dobro os valores contidos no *caput* deste artigo.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias contados da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.03.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 470/99 e 071/2000, anexo Projeto de Lei nº 07/2000, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que torna obrigatório a expedição de receitas médicas e odontológicas datilografadas ou digitadas em computador nos postos de saúde da rede pública estadual e municipal, inclusive consultórios médicos e odontológicos particulares em todo o Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS APRESENTADAS AOS PROJETOS DE LEI NºS 470/99 E Nº 71/2000

P A R E C E R :

Relatório

Os projetos objetos das emendas tratam de matéria ligada à área de saúde.

O Projeto de Lei nº 71/2000 autoriza, o Poder Executivo a regulamentar a obrigatoriedade dos receituários médicos da rede pública serem datilografados. O projeto é de autoria do deputado Edno Guimarães.

O Projeto de Lei nº 470/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas visa tornar obrigatória a expedição de receitas médicas e odontológicas datilografadas ou digitadas em computador nos postos de saúde da rede pública estadual e municipal, inclusive em consultórios médicos

e odontológicos particulares, em todo o Estado do Paraná.

Fundamentação

Pela similitude das matérias os projetos sofreram anexação, em conformidade com o disposto no artigo 121 do Regimento Interno.

Ambos os projetos receberam alguma emenda, com o fim de aprimorá-los como se conclui do estudo das mesmas.

Com o intuito de dar maior vazão à via legislativa e com o propósito de sanar a inconstitucionalidade contida na redação original do artigo 1º do Projeto de Lei nº 470/99, quando se refere a postos de saúde municipais, ferindo deste modo o princípio constitucional da autonomia municipal, as emendas nele apresentadas dando nova redação a este artigo expurgam a inconstitucionalidade acima apontada.

Assim, entendemos aglutinar todas as emendas acolhidas e aprovadas em uma só, através de Emenda Substitutiva Geral em anexo, aproveitando o conteúdo de todas.

Pelo acima exposto, é o nosso parecer favorável à aprovação das Emendas apresentadas em ambos os projetos, na forma da Emenda Substitutiva Geral que anexo apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Apoio:

Algaci Tulio, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Orlando Pessuti, Sérgio Spada, Moysés Leônidas e Marcos Isfer.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AOS
PROJETOS DE LEI Nºs 71/2000 E 470/99

SÚMULA:

Obriga a expedição de receitas médicas e odontológicas digitadas, datilografadas ou escritas manualmente em letra de forma.

Art. 1º - Fica obrigatório a expedição de receitas médicas e odontológicas digitadas em computador, datilografadas, ou escritas manualmente em letra de forma ou caixa alta, nos postos de saúde da rede pública e nos consultórios médicos e odontológicos particulares.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.03.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Em votação a Emenda nº 01, do deputado Valdir Rossoni.

Aprovada.

A emenda do deputado Caíto Quintana já está privilegiada na emenda aprovada anteriormente.

A emenda do deputado Edno Guimarães terá que ser votada, porque além de incluir o que está aprovado, também inclui o nome do medicamento genérico ao receitado. Em votação.

Aprovada.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 024/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Usina Hidrelétrica Fundão, situada no Rio Jordão, na divisa dos municípios de Pinhão e Foz do Jordão. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 025/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Usina Hidrelétrica de Santa Clara, situada no Rio Jordão, na divisa dos municípios de Candói e Pinhão. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CEMA. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 216/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que estabelece requisitos para autorização, reconhecimento, supervisão e avaliação de cursos de graduação das instituições privadas de ensino superior e dá outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. EMENDA DA CCJ. (Publ. no DA nº 087/2000, de 26/06/2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 216/2000

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Baratter, estabelece requisitos para autorização, reconhecimento, credenciamento, supervisão e avaliação de cursos de graduação das instituições privadas de ensino superior e dá outras providências.

Autuada em 27/06/2000, a proposição foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça, para que seja examinada quanto aos aspectos constitucionais, legais e jurídicos, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 33 do regimento interno.

Fundamentação

A Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O artigo 10, inciso IV, desta lei, proporciona aos Estados membros a incumbência de autorizar, reconhe-

cer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior, incluindo as faculdades e universidades privadas.

Segundo se verifica na Lei de Diretrizes Básicas, a competência do Estado para a autorização, reconhecimento, credenciamento, supervisão e avaliação dos cursos das instituições de educação superior é concorrente com a União.

Somente para constar, anexo a este projeto está um parecer favorável da assessoria da Legislação Educacional da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste.

Pelo exposto, concluímos pela juridicidade, pela constitucionalidade e pela legalidade da proposta em questão, bem como de sua emenda corretiva.

Sala das Comissões, em 12.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI Nº 216/2000

Altera o Parágrafo Único do artigo 9º e os parágrafos 1º e 2º do artigo 14 do presente projeto de lei, que passam a vigor com a seguinte redação:

Art. 9º - ...

Parágrafo Único - A equipe de especialistas de que trata o *caput* do artigo realizará análise sobre a solicitação de reconhecimento, levando em consideração as informações contidas no parágrafo 2º, do artigo 8º desta lei, bem como o conceito obtido nas avaliações realizadas pelo Ministério da Educação e do Desporto, quando houver.

Art. 14 - ...

§ 1º - Se o pronunciamento do Conselho for pelo não reconhecimento do curso com recomendações de providências, de acordo com a alínea "b", do artigo 12, a instituição deverá solicitar nova verificação para reconhecimento, no prazo máximo de 12 meses, observando as recomendações do Conselho Estadual de Educação.

§ 2º - Se o pronunciamento do Conselho for pelo não reconhecimento do curso com indicação de revogação do ato de autorização do curso, de acordo com a alínea "c", do artigo 12, a instituição deverá encerrar as atividades do curso, entregando aos seus alunos a documentação relativa aos períodos cursados, para fins de transferência para outra instituição de ensino superior.

Sala das Comissões, em 12.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 216/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 216/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, estabelece requisitos para autori-

zação, reconhecimento, supervisão e avaliação de cursos de graduação das instituições privadas de ensino superior e dá outras providências.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, padecendo, todavia, de vício de legalidade insanável.

O projeto de lei é inconstitucional e ilegal, porquanto fere os artigos 22, inciso XXIV e 211, *caput* da Constituição Federal, bem como a Lei 9.394/1996.

Segundo os referidos artigos da Constituição, é de competência exclusiva da União legislar sobre diretrizes e base da educação nacional, onde a União, os Estados e o Distrito Federal organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

A Lei nº 9.394/1996 assim estabelece em seu artigo 9º, inciso X:

"Art. 9º - A União incumbir-se-á:

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino" (grifos meus).

O artigo 16, por sua vez estabelece o que compreende o sistema ensino federal, veja-se:

"Art. 16 - O sistema federal de ensino compreende:

I - as instituições de ensino mantidas pela União;

II - as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada.

III - os órgãos federais de educação".

Desta forma, somente a União tem competência para legislar sobre autorização, reconhecimento, supervisão e avaliação de cursos de graduação das instituições privadas de ensino superior.

O artigo 10, inciso IV dispõe que o Estado pode autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar as instituições de ensino superior compreendidas no seu sistema de ensino.

O sistema de ensino estadual está previsto no artigo 17 da referida Lei, que assim dispõe:

"Art. 17 - Os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem:

I - as instituições de ensino mantidas respectivamente, pelo Poder Público estadual e pelo Distrito Federal;

II - as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público municipal;

III - as instituições de ensino fundamental e médio criadas e mantidas pela iniciativa privada".

Desta forma, o Estado somente pode legislar sobre normas de autorização, reconhecimento, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior mantidas pelos cofres estaduais ou dos municípios pertencentes ao Estado do Paraná.

Destaca-se que o inciso III, do artigo 17, deixa bem claro que compreendem o sistema de ensino estadual as instituições privadas de ensino fundamental e médio, não estando especificadas as de ensino superior.

Pelo exposto, em função dos vícios de constitucionalidade e legalidade, opino desfavoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 27.02.2002
(aa) ÂNGELO VANHONI - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 611, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões.

Retirado pelo autor.

Para encaminhar, com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Deputado Durval Amaral, eu queria fazer um apelo a V. Exa.

Acho que esse projeto do ex-deputado Antonio Baratter, é de uma valia enorme para o ensino superior do Paraná.

Eu gostaria que V. Exa. retirasse seu requerimento, para que votássemos em 1ª discussão a constitucionalidade, e depois, então, pudéssemos discutir no mérito na sequência, porque parece, pelo que eu li do projeto, ele merece uma discussão aprofundada aqui nesta Casa.

O SR. DURVAL AMARAL

Retiro o requerimento, senhor presidente.

O SR. HERMAS BRANDÃO

Solicitado a retirada do requerimento à votação ao projeto e posteriormente há uma emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

Aí, será em 2ª discussão, então está em 1ª votação o projeto do deputado Antonio Baratter. Projeto de Lei nº 216/2000. **Aprovado.**

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 293/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que obriga a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de câncer de mama, ginecológico, próstata, pulmão e leucemia, em todos os postos de saúde do Estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 119/2000, de 12.09.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 293/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 293/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, determina a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de câncer de mama, ginecológico, próstata, pulmão e leucemia, em todos os postos de saúde do Estado do Paraná.

O projeto de lei é constitucional.

O artigo 6º da Constituição Federal elenca como direito social o direito à saúde e este direito está severamente ameaçado quando o Estado é omissivo em seus deveres, pelo que a distribuição gratuita de medicamentos não é uma benesse, mas um dever estatal.

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 12.03.2002
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 293/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 293/2000 de autoria do deputado Divanir Braz Palma, determina a distribuição gratuita de medicamentos para portadores de câncer de mama, ginecológico, próstata, pulmão e leucemia, em todos os postos de saúde do Estado do Paraná.

Do exposto, opina esta comissão favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.03.2002
(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
CLEITON KIELSE - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/2001, de autoria do deputado pastor Edson Praczyk, acrescenta artigo à Lei nº 12.970, de 25 de outubro de 2.000. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado (Publ. no DA nº 004/2001, de 21.01.001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 20/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado pastor Edson Praczyk, tem por finalidade acrescentar artigo à Lei nº 12.970, de 25 de outubro de 2000.

Chamada esta relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis, sendo pois, nosso parecer favorável a este projeto, na forma da inclusa Emenda Supressiva.

Sala das Comissões, em 29.05.2001
(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 020/2001

Senhor presidente, a emenda apresentada por esta relatoria tem a finalidade de suprimir a expressão "revo-

gadas as disposições em contrário, contidas no artigo 2º, ficando com a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 29.03.2001

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 020/2001

P A R E C E R :

Chamada esta Comissão de Finanças a manifestar-se sobre o Projeto de Lei nº 020/2001, de autoria do deputado pastor Edson Praczyk, o qual acrescenta artigo à Lei nº 12.970, de 25 de outubro de 2000, nenhum impedimento encontramos, que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, manifesta-se esta comissão com parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.10.2001

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
NEIVO BERALDIN - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE
PROJETO DE LEI Nº 020/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, tem como objetivo fundamental resguardar o direito do cidadão - já assegurado pela Lei 12.970 de 25.10.2000 - através de informação clara e precisa via fixação de cartazes explicativos em todos os hospitais da rede pública e privada do Estado do Paraná.

É sabido que, apesar de lei expressa, muitos hospitais por desconhecimento ou má-fé, mantém a prática de exigir depósito prévio para internamento de emergência ocasionando constrangimento e desespero dos parentes do paciente que, por desconhecimento, acabam se submetendo a essa verdadeira chantagem.

Com a obrigatoriedade de fixação de cartazes elucidativos, os hospitais se verão inibidos em manter tal prática e o cidadão terá seu direito garantido.

Nosso parecer é favorável, observada a Emenda Supressiva da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em 20.03.2002

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
RENATO GAÚCHO - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que autoriza o Poder Executivo a destinar, aos municípios sede de empresas que receberam incentivos fiscais do Poder Público Estadual para se instalar no Paraná, porcentagem de multas e indenizações originadas pela quebra de contrato e/ou protocolo de intenções celebrados entre o governo do Estado e as empresas beneficiadas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 157/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a destinar, aos municípios sede de empresas que receberam incentivos fiscais do Poder Público Estadual para se instalar no Paraná, porcentagem de multas e indenizações originadas pela quebra do contrato e/ou protocolo de intenções celebrados entre o governo do Estado e as empresas beneficiadas.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria e por tratar-se de matéria meramente autorizatória, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 02.06.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 157/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, visa autorizar o Poder Executivo a destinar aos municípios sede de empresas, que receberam incentivos fiscais do Poder Público Estadual para se instalarem no Paraná, porcentagem de multas e indenizações originadas pela quebra do contrato e/ou protocolo de intenções celebrados entre o governo do Estado e as empresas beneficiadas.

Quanto ao mérito, o referido projeto é de grande alcance social, e equidade distributiva, uma vez que destina ao município sede de empresas beneficiárias de incentivos fiscais, metade dos recursos provenientes de multas e/ou indenizações por rompimento de contratos.

Tais receitas estão se tornando significativas, assim como são significativos os prejuízos legados aos municípios, como é o caso atualmente da Chrysler do Brasil, que acaba de fechar sua fábrica em Campo Largo, e que como consequência deixará um grande número de desempregados naquele município, dentre outros prejuízos indiretos.

Assim, a destinação de parte dos recursos, na forma prevista por este projeto de lei, representará uma política compensatória ao município que terá sérios prejuízos com o fechamento da empresa.

Desta forma, o parecer ao projeto em análise é favorável.

Sala das Comissões, em 03.10.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 351/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que institui a Semana Estadual de Arrecadação de Sobras de Medicamentos, dentro do prazo de validade no âmbito do Estado do Paraná e adota outras providências. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27.08.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 351/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Serafina Carrilho, visa instituir a Semana Estadual de Arrecadação de Sobras de Medicamentos dentro do prazo de validade, no âmbito do Estado do Paraná e adota outras providências.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 05.05.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 351/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da deputada Serafina Carrilho, tem por finalidade instituir a Semana Estadual de Arrecadação de Sobras de Medicamentos dentro do prazo de validade, no âmbito do Estado do Paraná e adota outras providências.

A douta Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente ao presente projeto, nos aspectos constitucionais e legais.

Este relator, chamado à manifestação exclusivamente em relação ao mérito, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, entende meritória a iniciativa, que não concorre para aumento nem diminuição de despesa para o Estado do Paraná.

Do exposto, opina esta Comissão favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 13.03.2002.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 351/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 351/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, visa instituir a Semana Estadual de Arrecadação de Sobras de Medicamentos, dentro do prazo de validade, no âmbito do Estado do Paraná e adota outras providências.

Do exposto, opina esta comissão favoravelmente, à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 20.03.2002.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 621/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que dispõe sobre a criação do Siscan - Sistema Estadual de Registro de Câncer no Estado do Paraná. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. Aprovado. (Publ. no DA nº 173/2001, de 21.11.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 621/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, visa dispor sobre a criação do Siscan - Sistema Estadual de Registro de Câncer no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 621/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise por esta Comissão Técnica, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, tem por objetivo a criação do Siscan - Sistema Estadual de Registro de Câncer, no Estado do Paraná.

A matéria foi analisada anteriormente no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à aprovação da mesma.

No âmbito desta Comissão de Saúde Pública, seguimos o entendimento da Comissão supra citada, manifestando o parecer favorável à aprovação do projeto de lei ora em análise.

Sala das Comissões, em 20.03.2002.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

FERNANDO RIBAS CARLI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 678/2001, de autoria do deputado Nereu Moura, que denomina de vereador Alci Francisco Téu, a Rodovia PR-471 do trevo da BR-277, município de Guaraniaçu, passando pelo distrito de Guaporé até a cidade de Campina da Lagoa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 187/2001, de 05.12.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 678/2001

P A R E C E R :

Analisando o Projeto de Lei sob nº 678/2001, de autoria do nobre deputado Nereu Moura, que objetiva denominar de Vereador Alci Francisco Téu, a Rodovia PR-471, do trevo da BR-277, município de Guaraniaçu, passando pelo Distrito de Guaporé, até a cidade de Campina da Lagoa, esta Comissão de Constituição e Justiça, considerando a resposta da diligência solicitada junto à Secretaria de Estado dos Transportes, informando nada constar nos arquivos do DER/PR que possa impedir a denominação pretendida, manifesta-se favoravelmente ao mencionado projeto de lei, o qual deverá ser encaminhado à apreciação do Plenário.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) **BASÍLIO ZANUSSO** - Presidente
CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS
PROJETO DE LEI Nº 678/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Nereu Moura, propõe a denominação de Vereador Alci Francisco Téu, a Rodovia PR-471, do trevo da BR-277, município de Guaraniaçu, passando pelo distrito de Guaporé, até a cidade de Campina da Lagoa.

Chamada esta comissão a se manifestar, nada encontrou que pudesse obstar a tramitação do projeto pelas demais comissões desta Casa.

Sala das Comissões, em 20.03.2002.

(aa) **EDSON STRAPASSON** - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 612, de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/2002.

Levanta-se a Sessão.

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 009ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
26 DE MARÇO DE 2002

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Caíto Quintana e Neivo Beraldin.

Às dezessete horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Nelson Justus; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Requerimento:****REQUERIMENTO Nº 613**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no dis-

posto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para o Projeto de Lei nº 150/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 009/2002, por não ter sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, 26.03.2002.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 150/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/2002, que objetiva alterar as tabelas de vencimentos dos docentes e técnicos-administrativos das instituições estaduais de ensino superior. SEM PARECERES. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 613, de autoria do deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês março do ano de 2002, às 13h30 min., na sala de reuniões das Comissões, reuniram-se os nobres pares desta Comissão, senhores deputados: Algaci Tulio, Antonio Belinati, Luciana Rafagnin, Dúlio Genari e Edson Strapasson, presidente da Comissão,

com o intuito de deliberar sobre matéria ordinária submetida à apreciação desta Comissão. O senhor presidente iniciou os trabalhos, conforme a pauta. 01) Projeto de Lei nº 460/2001, de autoria do deputado Nereu Moura. Relator deputado Vanhoni. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 275/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator deputado Antonio Belinati. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 509/2001, de autoria do deputado Ademir Bier. Relator deputado Antonio Belinati. 04) Projeto de Lei nº 216/2001, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Relator deputado Antonio Belinati. O senhor deputado Algaci Tulio PEDE VISTAS aos dois projetos mencionados acima, pois possui matéria semelhante já tramitando nesta Casa de Leis; SOLICITAÇÃO APROVADA. 05) Projeto de Lei nº 79/2002, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Relator Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, onde o relator comenta o mérito da matéria por conhecer a área. 06) Projeto de Lei nº 462/2001, de autoria do deputado Antonio Belinati. Relator deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 16/2002, de autoria do deputado Alborghetti. Relator deputado Sérgio Spada. O senhor deputado Algaci Tulio, REQUER seja enviada ao órgão competente - DER - DILIGÊNCIA no intuito de receber daquele Departamento Estadual de Rodagens parecer sobre a matéria contida no presente projeto e qual a forma de regulamentação, quanto ao custo de publicidade. SOLICITAÇÃO APROVADA por todos. 8) Projeto de Lei nº 678/2001, de autoria do deputado Nereu Moura. Relator deputado Sérgio Spada. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Antes do término da reunião o senhor presidente Strapasson, faz comentários sobre material recebido pelo DER, na ocasião de reunião realizada pela Comissão naquele Departamento, e de como está verificando a documentação até que possa emitir um parecer em nome da Comissão de Obras; também o deputado Algaci Tulio sugere que seja avaliado na documentação se as obras previstas a serem realizadas com a arrecadação do pedágio, estão sendo executadas conforme cronograma pré-estabelecido. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Sandra Zampier, secretária da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

Sandra Zampier - Secretária